

Notas sobre a definição do enunciado asseverativo

(λόγος ἀποφαντικός) em Aristóteles¹

Paulo Ferreira (UNIFESP)

In view of Alexander of Aphrodisias's and Porphyry's respective positions on the issue, I discuss whether λόγος ἀποφαντικός is to be defined, as *DI* 4 seems to imply, by its being true or false or rather, as *DI* 5 seems to imply, by its representing the ontological combination/separation of substrate and attribute through the logical combination/separation of subject and predicate.

I

Em *Metaphysica* E 3, Aristóteles recusa o determinismo causal (a tese de que qualquer estado do mundo é de per se causa (eficiente) suficiente de qualquer estado ulterior do mundo): há eventos (como a escolha deliberada)² tais que não lhes podem ser de per se causa (eficiente) suficiente eventos progressos. A ser assim, nem todas as cadeias causais recuam até o infinito, senão que as há que recuam apenas até aqueles eventos (como a escolha deliberada) que indeterminadamente as instauram.

Em *Categoriae* 5 4a10-b4, Aristóteles caracteriza a verdade como a correspondência temporalizada entre proposições e estados de coisas: “Sócrates está sentado *agora*”, por exemplo, é *agora* verdadeira se, e somente se, Sócrates está sentado *agora* – o que não é senão instância prolixa de “‘Sócrates está sentado’ é verdadeira quando Sócrates está sentado”. A ser assim, se, para todo evento *e* a dar-se em um tempo *z*, suas causas c_1, c_2, \dots, c_n o determinam, existe, em qualquer tempo *s* anterior a *z*, algum estado de coisas que seja causa (eficiente) suficiente de *e* – de modo que, segundo a correspondência temporalizada entre proposições e estados de coisas, proposições a respeito de *e* são verdadeiras ou falsas desde *s* (visto que os eventos em *s*

¹ Expresso os meus agradecimentos à FAPESP, que financiou o projeto de que é fruto o artigo ora em mãos do leitor.

² Cf. *De Interpretatione* 9 18b26-33.

já asseguram irrevogavelmente o evento e); mas, se, para algum evento e' a dar-se em um tempo z' , suas causas c'_1, c'_2, \dots, c'_n não o determinam, não existe, em nenhum tempo s' anterior a z' , estado de coisas algum que seja causa (eficiente) suficiente de e' – de modo que, segundo a correspondência temporalizada entre proposições e estados de coisas, proposições a respeito de e' não são nem verdadeiras nem falsas em s' (visto que os eventos em s' ainda não asseguram irrevogavelmente o evento e'),³ senão que se tornam verdadeiras ou falsas tão-somente a partir de z' .

Porfírio aparenta introduzir a tese, reportada e partilhada por Amônio e Boécio,⁴ de que o princípio de que toda proposição é verdadeira ou falsa é aquilo que define a proposição (sendo a bivalência a diferença de tais enunciados). Adotada, porém, a interpretação acima delineada, tem-se que enunciados sobre o futuro contingente não são nem verdadeiros nem falsos *ex ante facto*, senão que se tornam verdadeiros ou falsos tão-somente *ex post facto*. A ser assim, o princípio deveria asserir (como aponta Balthazar Barbosa Filho)⁵ não que toda proposição é *em todo tempo* verdadeira ou falsa, senão que toda proposição é *em algum tempo* verdadeira ou falsa⁶ – com o que, tem-se que enunciados tais como “haverá uma batalha naval amanhã” e “não haverá uma batalha naval amanhã” (que não são, hoje, nem verdadeiros nem falsos, mas serão verdadeiros ou falsos a partir de amanhã) são, com efeito, enunciados asseverativos.

Contudo, será possível dizer o mesmo de enunciados como “haverá uma batalha naval” e “não haverá uma batalha naval”?⁷ A se assumir, com Aristóteles, que o tempo é infinito,⁸ tais enunciados jamais passarão a verdadeiros ou falsos caso

³ Cf. M. J. White, “Fatalism and Causal Determinism: An Aristotelian Essay” *Philosophical Quarterly* 31 (1981): 231-41.

⁴ Cf. abaixo com Amônio, *In Aristotelis Librum De Interpretatione Commentarius* 15.28-30 e Boécio, *Commentarii in Librum Aristotelis Περὶ Ἑρμηνείας Secunda Editio* 18.19-21.

⁵ Cf. “Nota sobre o Conceito Aristotélico de Verdade” *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 13 (2003): 233-43 e, em especial, “Aristóteles e o Princípio de Bivalência” *Analytica* 9 (2005): 173-84.

⁶ O que não afeta Amônio e Boécio, se, para estes, enunciados sobre o futuro contingente são, com efeito, desde logo verdadeiros ou falsos, mas não *determinadamente* verdadeiros ou falsos: cf. M. Mignucci, “Ammonius and the Problem of Future Contingent Truth”, em G. Seel (ed.), *Ammonius and the Seabattle* [De Gruyter, 2001], pp. 247-84.

⁷ Devo o ponto a Paolo Crivelli.

⁸ Cf., por exemplo, *De Caelo* I 10-II 1.

contingentemente nunca mais ocorra uma batalha naval em todo o infinito porvir. A ser assim, o seu estatuto de enunciados asseverativos permanecerá pendente, se o enunciado asseverativo é aquele que é em algum tempo verdadeiro ou falso.

Deve, pois, ser o caso antes que o enunciado asseverativo seja o único *passível de ser* verdadeiro ou falso ou, o que é o mesmo, o único *a admitir* a verdade e a falsidade – ainda que haja enunciados asseverativos que jamais se tornarão quer verdadeiros quer falsos.

Note-se, porém, que o enunciado asseverativo é receptivo da verdade e da falsidade somente porque possui a pretensão de representar a realidade – de modo que o princípio acima não pode ser aquilo que define o enunciado asseverativo. Não basta, com efeito, serem coextensivos e intercambiáveis *definiens* e *definiendum*; antes, para que o primeiro possa efetivamente enunciar o que é ser o segundo – a sua quiddidade (τὸ τί ἦν εἶναι) –, os seus termos devem ser primeiros e mais cognoscíveis – em si, não para nós –,⁹ o que lhe confere poder explanador. Ora, é *porque* predicar asseverativamente *Y* de *X* é predicar *Y* de *X* com o intuito de representar o fato de que *Y* pertence a *X* que o enunciado “*X* é *Y*” é receptivo da verdade e da falsidade – de modo que aquilo que define o enunciado asseverativo tem de ser a combinação ou separação lógica de sujeito e predicado dotada da pretensão de figurar a combinação ou separação ontológica de substrato e atributo.

II

Na primeira acepção de atributo *per se* em *Analytica Posteriora* I 4 e I 22, *A* é um atributo *per se* de *B* se *A* se encontra na definição de *B*. Por exemplo: *ser animal* é atributo *per se* de *homem*. Assim reza a vulgata sobre o que conta como *per se*₁:

(1.a) ὅσα ὑπάρχει [...] ἐν τῷ τί ἐστίν (I 4 73a34-35)

(1.b) ὅσα [...] ἐν ἐκείνοις ἐνυπάρχει ἐν τῷ τί ἐστίν (I 22 84a13)

⁹ Cf. *Topica* VI 4 e o comentário de Alexandre *ad loc.*

Na segunda acepção de atributo *per se* em *Analytica Posteriora* I 4 e I 22, A é um atributo *per se* de B se A se encontra em B e B se encontra na definição de A. Por exemplo: *ser par ou ímpar é atributo per se de número*. Assim reza a vulgata sobre o que conta como *per se*₂:

- (2.a) ὅσοις τῶν ἐνυπαρχόντων αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ ἐνυπάρχουσι τῷ τί ἐστὶν δηλοῦντι (I 4 73a37-38)
 (2.b) οἷς αὐτὰ ἐν τῷ τί ἐστὶν ὑπάρχουσιν αὐτοῖς (I 22 84a13-14)

Claro, existe uma oscilação entre ὑπάρχειν ἐν (1.a; 2.b) e ἐνυπάρχειν ἐν (1.b; 2.a), oscilação que se estende a algumas variantes de texto: em 73a38 (passagem 2.a, acima), o Coislinianus 330 (C) traz ὑπάρχουσι onde os mss. trazem ἐνυπάρχουσι; em 84a13 (passagem 1.b, acima), o Laurentianus 72.5 (d) traz ὑπάρχει onde os mss. trazem ἐνυπάρχει; e o Ambrosianus L 93 (n) traz ἐνυπάρχοντι em 84a19 (onde os mss. trazem ὑπάρχοντι) e ἐνυπάρχουσιν em 84a20 (onde os mss. trazem ὑπάρχουσιν). Que, porém, ὑπάρχειν ἐν e ἐνυπάρχειν ἐν são intercambiáveis depreende-se de *Metaphysica* Δ 18 1022a27-29, passagem em que se passa sem mais – e sem variantes textuais – de ἐν τῷ τί ἐστὶν ὑπάρχει a ἐν [...] τῷ λόγῳ ἐνυπάρχει.

Ora, que o ser verdadeiro ou falso se encontra no enunciado asseverativo (e tão-somente no enunciado asseverativo) tem-se em *De Interpretatione* 4 17a1-5:

Ἔστι δὲ λόγος ἅπας μὲν σημαντικός [...]. ἀποφαντικός δὲ οὐ πᾶς, ἀλλ' ἐν ᾧ τὸ ἀληθεύειν ἢ ψεύδεσθαι ὑπάρχει. οὐκ ἐν ἅπασιν δὲ ὑπάρχει, οἷον ἢ εὐχὴ λόγος μὲν, ἀλλ' οὔτε ἀληθὴς οὔτε ψευδής.

Todo enunciado é significativo, [...] mas nem todo <enunciado> é asseverativo, senão aquele em que se encontra o ser verdadeiro ou falso, e não se encontra em todo <enunciado>. Por exemplo: a prece é um enunciado, mas não é nem verdadeira nem falsa.

E que o enunciado asseverativo se encontra na definição de verdadeiro e falso tem-se em *Metaphysica* Γ 7 1011b23-28:

Ἄλλὰ μὴν οὐδὲ μεταξὺ ἀντιφάσεως ἐνδέχεται εἶναι οὐθέν, ἀλλ' ἀνάγκη ἢ φάναι ἢ ἀποφάναι ἐν καθ' ἑνὸς ὅτιού. δῆλον δὲ πρῶτον μὲν ὁρισσάμενοις τί τὸ ἀληθές καὶ ψεῦδος. τὸ μὲν γὰρ λέγειν τὸ ὄν μὴ εἶναι ἢ τὸ μὴ ὄν εἶναι ψεῦδος, τὸ δὲ τὸ ὄν εἶναι καὶ τὸ μὴ ὄν μὴ εἶναι ἀληθές, ὥστε καὶ ὁ λέγων εἶναι ἢ μὴ ἀληθεύσει ἢ ψεύσεται.

Não pode existir intermediário entre os termos da contradição, antes é necessário ou afirmar ou negar o que seja do que seja, o que é evidente em primeiro lugar a quem define o verdadeiro e o falso, pois falso é dizer que o que é não é ou que o que não é é, e verdadeiro é dizer que o que é é e que o que não é não é, de modo que quem diz que é, ou que não é, dirá o verdadeiro ou o falso.

De Interpretatione 5 17a22-24 caracteriza a ἀπόφανσις (“asseverativa”, ou: “proposição”) – ou, antes, a ἀπλή ἀπόφανσις (“asseverativa simples”, ou: “proposição atômica”) – como φωνὴ σημαντικὴ περὶ τοῦ ὑπάρχειν τι ἢ μὴ ὑπάρχειν (“emissão vocal significativa acerca de algo ser ou não ser o caso”), onde φωνὴ σημαντικὴ (“emissão vocal significativa”) está por λόγος (“enunciado”)¹⁰ e περὶ τοῦ ὑπάρχειν τι ἢ μὴ ὑπάρχειν (“acerca de algo ser ou não ser o caso”) refere o emprego de ὑπάρχειν/μὴ ὑπάρχειν + dativo (“ser predicado/não ser predicado de”), o qual assinala que a combinação/separação lógica de sujeito e predicado possui a pretensão de figurar a combinação/separação ontológica de substrato e atributo. Como, segundo *De Interpretatione* 6 17a26-29, “é possível asseverar não ser o caso o que é o caso e ser o caso o que não é o caso, bem como ser o caso o que é o caso e não ser o caso o que não é o caso” (ἔστι καὶ τὸ ὑπάρχον ἀποφαίνεσθαι ὡς μὴ ὑπάρχον καὶ τὸ μὴ ὑπάρχον ὡς ὑπάρχον καὶ τὸ ὑπάρχον ὡς ὑπάρχον καὶ τὸ μὴ ὑπάρχον ὡς μὴ ὑπάρχον), e, ademais, expressões como τὸ ὄν e assemelhadas equivalem a expressões como τὸ ὑπάρχον e assemelhadas (visto que Ψ ἔστι Φ e similares equivalem a τὸ Φ ὑπάρχει τῷ Ψ e similares), segue-se que o enunciado asseverativo encontra-se na definição de verdadeiro e falso: verdadeiro é o enunciado asseverativo que corresponde à realidade, ao passo que falso é o enunciado asseverativo que não corresponde à realidade – ou, antes, verdadeiro é o enunciado cuja combinação/separação de sujeito e predicado em nível lógico pretende

¹⁰ Cf. *De Interpretatione* 4 16b26.

figurar a combinação/separação de substrato e atributo em nível ontológico e corresponde de fato à combinação/separação de substrato e atributo em nível ontológico, ao passo que falso é o enunciado cuja combinação/separação de sujeito e predicado em nível lógico pretende figurar a combinação/separação de substrato e atributo em nível ontológico e não corresponde de fato à combinação/separação de substrato e atributo em nível ontológico.

A ser assim, o ser verdadeiro ou falso é atributo *per se*₂ do enunciado asseverativo.

III

Segundo o comentário de Amônio e a segunda versão daquele de Boécio ao *De Interpretatione*, a divergência entre Alexandre de Afrodísia e Porfírio de Tiro no que tange à definição do enunciado asseverativo por Aristóteles segue as linhas que esboço abaixo.

Porfírio (segundo Amônio 66.10-30, comentário a *De Interpretatione* 4 17a1-7) afirma que a definição do enunciado asseverativo encontra-se em *De Interpretatione* 4 17a1-5 (enunciado asseverativo é aquele em que se encontra o ser verdadeiro ou falso), ao passo que Alexandre (segundo Amônio 80.15-81.2, comentário a *De Interpretatione* 5-6 17a20-26) defende que em *De Interpretatione* 5 17a22-24 (asseverativa é a emissão vocal significativa acerca de algo ser ou não ser o caso) encontra-se não exatamente a definição do enunciado asseverativo, senão que tão-somente o seu bosquejo, isto é, o seu delineamento geral (ὑπογραφή) a partir das noções de afirmação e de negação.

A tese de Porfírio deve ser recusada: se o enunciado asseverativo é tal que a bivalência é a sua diferença, não apenas o estatuto de enunciados asseverativos de, por exemplo, “haverá uma batalha naval” e “não haverá uma batalha naval” permanecerá pendente caso contingentemente nunca mais ocorra uma batalha naval em todo o infinito porvir¹¹ como, ademais, é inescapável a circularidade se o enunciado asseverativo se encontra na definição do ser verdadeiro ou falso – de modo que o presente ἀληθεύειν ἢ ψεύδεσθαι em *De Interpretatione* 4 17a1-5 tem de ser

¹¹ Mas cf., acima, n. 6.

presente conativo, o qual designa a mera pretensão, não o ato de enunciar o verdadeiro ou o falso.¹²

A tese de Alexandre, porém, merece ser analisada. Segundo Amônio 15.16-30 e Boécio 16.6-15 (comentários a *De Interpretatione* 1 16a1-2), o modo de divisão da asseverativa (ἀπόφανσις, *enuntiatio*) em afirmação e negação (κατάφασις καὶ ἀπόφασις, *affirmatio atque negatio*) é, segundo Porfírio, aquele do gênero em suas espécies (τοῦ γένους εἰς τὰ εἶδη, *ut genus univocum*), ao passo que, segundo Alexandre, é aquele do termo homônimo em suas diferentes acepções (τῆς ὁμωνύμου φωνῆς εἰς τὰ διάφορα σημαίνόμενα, *ut nomen aequivocum*).¹³ Correspondentemente, Porfírio sustenta que ἀπόφανσις figura como gênero naquilo que ele toma como as respectivas definições de κατάφασις (como ἀπόφανσίς τινος κατά τινος) e de ἀπόφασις (como ἀπόφανσίς τινος ἀπό τινος) em *De Interpretatione* 6 17a25-26 (Amônio 66.10-30), ao passo que Alexandre argumenta que ἀποφανσις não é predicada a mesmo título (κοινῶς κατηγορούμενον) de κατάφασις e de ἀπόφασις, antes primariamente (πρότερον) de κατάφασις e secundariamente (ὕστερον) de ἀπόφασις (Amônio 67.22-68.9).

Segundo Boécio 97.18-98.18, Alexandre, quando assinala que ἀπόφανσις não é predicada a mesmo título de κατάφασις e de ἀπόφασις, antes primariamente de κατάφασις e secundariamente de ἀπόφασις, tem em mira *De Interpretatione* 5 17a8-9: “o primeiro enunciado asseverativo uno é a afirmação; a seguir, a negação; e todos os demais são unos em virtude de um conectivo” (ἔστι [...] εἷς πρῶτος λόγος ἀποφαντικὸς κατάφασις, εἶτα ἀπόφασις· οἱ δ’ ἄλλοι πάντες συνδέσμῳ εἷς) – passagem que o próprio Aristóteles pretende aclarar pouco adiante (*De Interpretatione* 5 17a15-16): “enunciado asseverativo uno é ou aquele que manifesta o uno ou aquele que é uno em virtude de um conectivo” (ἔστι δὲ εἷς λόγος ἀποφαντικὸς ἢ ὁ ἐν δηλῶν ἢ ὁ συνδέσμῳ εἷς).

¹² Cf. H. W. Smyth, *Greek Grammar* [ed. rev. Harvard, 1956], §1878.

¹³ Por “termo homônimo”, Alexandre designa aqui τὰ ἀφ’ ἐνὸς καὶ πρὸς ἓν λεγόμενα: cf. Marco Zingano, “Aspásio e o Problema da Homonímia em Aristóteles” *Analytica* 6 (2002): 93-131.

Boécio refere (16.20-17.19) os cinco argumentos que Alexandre aduz em prol da tese que vislumbra em *De Interpretatione* 5 17a8-9. Cito os dois primeiros, que possuem maior relevo: a negação não faz senão solapar (*surruere*), abolir (*tollere*) e destruir (*destruere*) a afirmação (cf., ainda, Alexandre, *In Aristotelis Metaphysica Commentaria* 252.27-29 (comentário a *Metaphysica* Γ 2 1004a9-16): a negação não é senão abjuração (ἄρνησις), supressão (ἀναίρεσις) e ausência (ἀπουσία) da afirmação); e, como a afirmação combina e a negação separa – ou, antes, separa precisamente aquilo que a afirmação combina –, a afirmação é anterior e a negação é posterior.

Alexandre pretende explicar por que a afirmação é o primeiro enunciado asseverativo que manifesta o uno (tal que a negação lhe sucede). Julgo, pois, que tem em mira não (ou, antes, não somente) a tese de que a negação pressupõe a afirmação porque assevera algo como “seja *isto* (que x é y); ora, *isto* (que x é y) não é o caso”, mas a tese de que a afirmação pretende instaurar com a realidade uma relação de simbolização direta como à negação é vedado fazer (tal que a afirmação, quando verdadeira, plasma o mundo em linguagem como à negação, quando verdadeira, é vedado fazer): uma proposição afirmativa pretende representar e, quando verdadeira, corresponde a um fato positivo, ao passo que uma proposição negativa nem pretende representar nem, quando verdadeira, corresponde a um fato negativo, senão que pretende representar e, quando verdadeira, corresponde a qualquer fato positivo que denota não se dar precisamente aquele fato positivo que a falsifica – de modo que, por exemplo, a afirmação “ x está caminhando” não designa senão o fato de que x está caminhando, ao passo que a negação “ x não está caminhando” pode designar o fato de que, digamos, x está sentado (e, pois, o atributo que possui é incompatível com o caminhar); de que, digamos, x é o número 3 (e, pois, não é tal que possa caminhar); ou de que, digamos, há tão-somente a , b , c (e, pois, sequer há x).

A ser assim, Alexandre subscreve a tese de que a afirmação, que simboliza por via direta um complexo, tem prioridade sobre a negação, que não simboliza por via direta um complexo (senão que o faz por via indireta). Note-se, porém, que, se se concebe não que a asseverativa como um todo, mas que apenas as suas partes mantêm

relação com a realidade,¹⁴ inexistente objeção a que a definição do enunciado asseverativo se encontre em *De Interpretatione* 5 17a22-24: se apenas o verbo e o nome (não a sua combinação ou separação) efetuam a figuração, afirmação e negação são, com efeito, asseverativas a mesmo título, visto que pretendem a mesmo título que se encontrem como cada qual assere (combinados no caso da afirmação, separados no caso da negação) os correlatos daqueles que são os seus elementos que apontam para o mundo (sendo verdadeiras caso assim se encontrem e falsas caso não se encontrem assim). Ademais, os elementos da afirmação (que assevera a combinação de substrato e atributo) pretendem apontar para o mesmo objeto uno, ao passo que os elementos da negação (que assevera a separação de substrato e atributo) não pretendem apontar para o mesmo objeto uno – segundo o que, a tese de que a afirmação é o primeiro enunciado asseverativo que manifesta o uno (tal que a negação lhe sucede) é compatível com a tese de que são asseverativas a mesmo título a afirmação e a negação.

IV

Ser verdadeiro ou falso é *per se accidens* ou *per se proprium* do enunciado asseverativo?

À primeira vista, ser verdadeiro ou falso não pode ser atributo próprio do enunciado asseverativo, visto que o atributo próprio e o substrato são coextensivos e intercambiáveis, ao passo que proposições a respeito de futuros contingentes não são nem verdadeiras nem falsas antes que se dê ou não se dê, no tempo para o qual o prescrevem, o evento que descrevem (muito embora se tornem verdadeiras ou falsas conforme se dê ou não se dê, no tempo para o qual o prescrevem, o evento que descrevem).

Contudo, Porfírio assinala (*Isagoge* 12.16-17)¹⁵ que A é um atributo próprio de B se A se predica apenas de B e, para todo B, existe pelo menos um tempo em que A se predica de B. Porfírio acrescenta (*Isagoge* 12.13-22) que esse é o terceiro entre os quatro sentidos de “próprio” que discernem “os antigos, sobretudo, entre estes, os

¹⁴ Cf. Luiz Henrique Lopes dos Santos, “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, II, em *Ludwig Wittgenstein: Tractatus Logico-Philosophicus* [EDUSP, 2001].

¹⁵ Cf. J. Barnes, *Porphyry: Introduction* [Oxford, 2003], pp. 201-19.

peripatéticos” (o sujeito oculto de διαιροῦσι em *Isagoge* 12.13, a saber, οἱ παλαιοὶ [...] καὶ τούτων μάλιστα οἱ ἐκ τοῦ περιπάτου – cf. *Isagoge* 1.15).¹⁶

Ora, não apenas tal quadripartição dos sentidos de “próprio” aparenta remontar a *Topica* V 128b34-129a5 como, ademais, Alexandre (*In Aristotelis Topicorum Libros Octo Commentaria* 369.7-8) faz tal quadripartição dos sentidos de “próprio” remontar a *Topica* V.

Porfírio aduz o exemplo “encanecer”, que, ao que tudo indica, se predica apenas do ser humano e de cada ser humano em algum tempo, ainda que não se predique de todo ser humano em todo tempo. Ora, “ser verdadeiro ou ser falso”, ao que tudo indica, igualmente se predica apenas do enunciado asseverativo e de cada enunciado asseverativo em algum tempo, ainda que não se predique de todo enunciado asseverativo em todo tempo.

Contudo, não só, segundo *Analytica Priora* I 13 32b5-7, “encanecer” não se predica de todo ser humano quando idoso, senão que ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ (“nas mais das vezes”), como também há proposições que não são nem verdadeiras nem falsas nem jamais se tornarão quer verdadeiras quer falsas (como, por exemplo, “haverá uma batalha naval” e “não haverá uma batalha naval” caso contingentemente nunca mais ocorra uma batalha naval em todo o infinito porvir). Desse modo, assim como não são coextensivos e intercambiáveis “ser um ser humano” e “encanecer” (quando idoso) – visto que nem todo ser humano vem a encanecer quando idoso –, não são coextensivos e intercambiáveis “ser um enunciado asseverativo” e “ser verdadeiro ou falso” (quando do tempo a que se refere), visto que nem todo enunciado asseverativo vem a ser verdadeiro ou falso quando do tempo a que se refere.

Alexandre anota o fato de que nem todo ser humano encanece quando idoso (*In Aristotelis Analyticorum Priorum Librum Primum Commentarium* 162.6-9, comentário a *Analytica Priora* I 13 32b5-7) e afirma tanto (*In Aristotelis Topicorum Libros Octo Commentaria* 177.19-27) que, sendo acidentes (συμβεβηκότα) que sucedem contingentemente (ἐνδεχομένως), “encanecer” sucede majoritariamente (ἐπὶ τὸ πλεῖστον) e “não encanecer” sucede minoritariamente (ἐπ’ ἕλαττον) quanto (*In Aristotelis Topicorum Libros Octo Commentaria* 399.29-400.4) que “encanecer” sucede

¹⁶ Porfírio é somente a minha fonte na seção IV (como Amônio e Boécio o são na seção III).

por natureza (φύσει) a todo ser humano porque todo ser humano é receptivo do encanecer – o que Aristóteles assinala em *Ethica Eudemia* II 8 1224b31-35 ao distinguir entre o que se diz “por natureza” porque desde o primeiro instante acompanha aquilo de que se diz e o que se diz “por natureza” porque sobrevém posteriormente se correr a contento o desenvolvimento que vier a ter aquilo de que se diz –, de modo que (sempre segundo Alexandre), “a menos que se acrescente o ‘por natureza’ ou algo outro que assinale a aptidão a receber o atributo, não se diz o atributo próprio” (μη προσθεῖς τὸ φύσει ἢ ἄλλο τι ὁ πρὸς τὸ δέξασθαι αὐτὸ ἐπιτηδειότητα σημαίνει, οὐκ ἂν τὸ ἴδιον λέγοι).

Igualmente, nem todo enunciado asseverativo vem a ser verdadeiro ou falso quando do tempo a que se refere, antes, sendo acidentais que sucedem contingentemente, “ser verdadeiro ou falso” sucede majoritariamente e “não ser nem verdadeiro nem falso” sucede minoritariamente, mas “ser verdadeiro ou falso” sucede por natureza a todo enunciado asseverativo porque todo enunciado asseverativo é receptivo do ser verdadeiro ou falso – visto que a diferença do enunciado asseverativo está em dizer que algo é ou não é o caso e, por definição, consistem o falso em asseverar ser o caso o que não é o caso ou não ser o caso o que é o caso e o verdadeiro em asseverar ser o caso o que é o caso e não ser o caso o que não é o caso –,¹⁷ de modo que, a menos que se acrescente o “por natureza” ou algo outro que assinale a aptidão a receber o atributo, não se diz o atributo próprio.

A ser assim, visto que “ser uma asseverativa” e “ser por natureza passível de verdade ou falsidade” são coextensivos e intercambiáveis, “ser verdadeiro ou falso”, se por isso se entende “ser por natureza passível de verdade ou falsidade”, é *per se proprium*, não *per se accidens*, do enunciado asseverativo, mas, se por isso se entende “ser em todo momento verdadeiro ou falso” ou “ser em algum momento verdadeiro ou falso”, “ser verdadeiro ou falso” é *per se accidens*, não *per se proprium*, do enunciado asseverativo, visto que nem “ser uma asseverativa” e “ser em todo momento verdadeiro ou falso” nem “ser uma asseverativa” e “ser em algum momento verdadeiro ou falso” são coextensivos e intercambiáveis.

¹⁷ Cf. acima e Amônio 2.23-24; 5.16-17; e, em especial, 155.2-3. Julgo que a expressão “ser receptivo do verdadeiro e do falso” é, em Amônio, reminescente de Alexandre.

V

Por fim, se proposições a respeito de eventos contingentes futuros não são nem verdadeiras nem falsas antes que se dê ou não se dê, no tempo para o qual o prescrevem, o evento que descrevem, como é possível ser desde logo falsa a conjunção e desde logo verdadeira a disjunção de proposições contraditórias a respeito de eventos contingentes futuros – se, isto é, o produto lógico e a soma lógica são funções de verdade, como pode ser desde logo falso o produto lógico e desde logo verdadeira a soma lógica de proposições que não são agora nem verdadeiras nem falsas e podem mesmo jamais se tornar quer verdadeiras quer falsas?

Note-se que *Metaphysica* Γ 4 erige o princípio de não-contradição em condição não de asseveratividade, mas de significatividade – e, segundo *De Interpretatione* 4 17a1-5, todo enunciado é significativo, mas nem todo enunciado é asseverativo. A ser assim, não apenas quem enuncia a asseverativa “*x* é e não é *y*” como, ademais, quem enuncia a prece “tomara que *x* seja e não seja *y*” ou a ordem “sê e não sê *y*” nada enuncia, apenas emite sons.

Ademais, significar é, segundo *Metaphysica* Γ 4, significar algo (σημαίνειν [...] τι, 1006a21) e algo determinado (τι [...] ὠρισμένον, 1006a24-25) – significar um (σημαίνειν ἓν, 1006a31) por oposição a significar indeterminadamente (ἄπειρα σημαίνειν, 1006b6). Ora, significar um é significar um *por oposição a tudo mais* – e traçar a fronteira entre *y* e o privativo não-*y* (e, *a fortiori*, entre “ser *y*” e o contraditório “não ser *y*”) não é senão a operação que a partícula negativa efetua: “se *homem* e não-*homem* não significam coisas diferentes, tampouco, evidentemente, *ser homem* e não *ser homem*” (εἰ δὲ μὴ σημαίνει ἕτερον τὸ ἄνθρωπος καὶ τὸ μὴ ἄνθρωπος, δῆλον ὅτι καὶ τὸ μὴ εἶναι ἄνθρώπῳ τοῦ εἶναι ἄνθρώπῳ, 1006b22-24); “admita-se [...] que o nome significa algo, isto é, que significa um: não é cabível que *ser homem* signifique precisamente o que *não ser homem* signifique” (ἔστω δὲ [...] σημαίνόν τι τὸ ὄνομα καὶ σημαῖνον ἓν· οὐ δὲ ἐνδέχεται τὸ ἄνθρώπῳ εἶναι σημαίνειν ὅπερ μὴ εἶναι ἄνθρώπῳ, 1006b11-14).

A ser assim, ao cindir em dois setores mutuamente excludentes as possibilidades de enunciar algo, a operação que a partícula negativa efetua delimita *isto* (digamos, *y*) por oposição a *tudo mais* de modo a que enunciados tais como “*x é e não é y*”, “*tomara que x seja e não seja y*”, “*sê e não sê y*” etc. *nada* signifiquem – visto que, dada a operação que o “*não*” efetua, tais enunciados visam ao irreconciliável. E, similarmente, ao cindir em dois setores conjuntamente exaustivos as possibilidades de enunciar algo, a operação que a partícula negativa efetua cassa o espaço não correspondente a *isto* (digamos, *y*) ou *tudo mais* de modo a que enunciados tais como “*x é ou não é y*”, “*tomara que x seja ou não seja y*”, “*sê ou não sê y*” etc. signifiquem *tudo* – visto que, dada a operação que o “*não*” efetua, tais enunciados recobrem quantas opções há.

Ora, *nada significar* e *significar tudo* precisamente não são *significar*. Por conseguinte, são o mesmo comprometer-se com o limite *preciso* que a partícula negativa traça no afã de significar e comprometer-se com o princípio de não-contradição, assim como são o mesmo comprometer-se com o limite *único* que a partícula negativa traça no afã de significar e comprometer-se com o princípio do terceiro excluído. E basta que se tomem como os respectivos membros de uma conjunção e de uma disjunção enunciados que pretendam representar a realidade e, ademais, se contradigam – ainda que não sejam agora nem verdadeiros nem falsos e possam mesmo jamais se tornar quer verdadeiros quer falsos – para que a primeira seja necessariamente verdadeira e a segunda seja necessariamente falsa: pretendem, em princípio, representar a realidade tanto a conjunção quanto a disjunção de enunciados que pretendam representar a realidade, mas, dada a operação que o “*não*” efetua, a conjunção de enunciados asseverativos contraditórios termina por negligenciar a sua natural pretensão na medida em que visa ao irreconciliável (sendo, pois, falsa ainda que os seus membros não sejam nem verdadeiros nem falsos nem jamais se tornem quer verdadeiros quer falsos), assim como a disjunção de enunciados asseverativos contraditórios termina por negligenciar a sua natural pretensão na medida em que recobre quantas opções há (sendo, pois, verdadeira ainda que os seus membros não sejam nem verdadeiros nem falsos nem jamais se tornem quer verdadeiros quer falsos).

Bibliografia

- Barbosa Filho, B. “Nota sobre o Conceito Aristotélico de Verdade” *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 13 (2003): 233-43.
- Barbosa Filho, B. “Aristóteles e o Princípio de Bivalência” *Analytica* 9 (2005): 173-84.
- Barnes, J. *Porphyry: Introduction*. Oxford, 2003.
- Lopes dos Santos, L. H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, em *Ludwig Wittgenstein: Tractatus Logico-Philosophicus*. EDUSP, 2001.
- Mignucci, M. “Ammonius on Future Contingent Propositions”, em M. Frede e G. Striker (eds.) *Rationality in Greek Thought*. Oxford, 1996, pp. 279-310.
- Mignucci, M. “Ammonius’ Sea Battle”, em D. Blank e N. Kretzmann (eds.) *Ammonius’ On Aristotle’s On Interpretation 9 with Boethius’ On Aristotle’s On Interpretation 9 (First and Second Commentaries)*. Cornell, 1998, pp. 53-86.
- Mignucci, M. “Ammonius and the Problem of Future Contingent Truth”, em G. Seel (ed.), *Ammonius and the Seabattle*. De Gruyter, 2001, pp. 247-84.
- Smyth, H. W. *Greek Grammar*. Harvard, 1956.
- White, M. J. “Fatalism and Causal Determinism: An Aristotelian Essay” *Philosophical Quarterly* 31 (1981): 231-41.
- Zingano, M. “Aspásio e o Problema da Homonímia em Aristóteles” *Analytica* 6 (2002): 93-131.